

Liberdades Democráticas ?

O debate sobre “descompressão política” entre exilados brasileiros no Chile e os trotskistas do Grupo Ponto de Partida – 1971-1973.

Tiago de Oliveira*

Este trabalho apresenta um levantamento preliminar sobre a esquerda brasileira exilada no Chile nos primeiros anos da década de 1970, estudo que esta ligado a parte de nossa pesquisa, em curso, no doutorado sobre a história dos trotskismos. Em particular o estudo das organizações brasileiras dessa matriz política que atuaram e/ou foram fundadas no exterior. Notadamente a tendência trotskista do Partido Operário Comunista – posteriormente conhecida como POC-Combate – e o Grupo Ponto de Partida. Dessa forma, uma visão panorâmica sobre esse período do fenômeno do exílio político no Brasil pós-1964 era fundamental para situar àquelas organizações com o processo político brasileiro e o processo do exílio – parte e resultado daquele. Ou seja, compreender quais foram, no exílio, os interlocutores dessas organizações, bem como quais eram as questões que o “movimento político” dos exilados brasileiros tentaram responder. Elemento interligado às análises por eles elaborados sobre a “luta revolucionária” no Brasil – como diziam àquela altura.

Uma dessas questões que parte das organizações, partidos ou grupos brasileiros se voltaram foi a discussão que transcorreu no Brasil, nos anos 1972 e 1973, sobre o que hoje sabemos ter se tratado de discussões para a elaboração de um “projeto de descompressão política controlada” para a ditadura. Parte dessa discussão circulou na grande imprensa com certa frequência até setembro de 1972, quando uma nova “instrução” de censura, determinada pelo então ministro da justiça Alfredo Buzaid (1914-1991), proibiu qualquer menção na imprensa sobre o tema – independente da origem e da posição do autor das posições. Essas notícias, editoriais e entrevistas foram as principais fontes para as interpretações dos exilados.

Ditadura e “descompressão política”

As mudanças no regime político, no sentido da sua transformação ditatorial para democrática, começaram efetivamente com o governo do ditador-presidente Ernesto

* Doutorando em História Social, UFF-RJ.

Geisel (1974-1978). A partir de sua posse teve início o processo histórico-político conhecido por “transição política” (ou “transição democrática”) que adentrou os anos 1980. Entretanto, a elaboração e as reflexões em torno de um projeto político para as necessárias mudanças institucionais do regime, bem como os caminhos e o momento adequado para seu início, começaram alguns anos antes da sua posse. Entre 1972 e 1973 expressões como “distensão”, “institucionalização”, “novo modelo político”, “liberalização do regime”, ou até mesmo “redemocratização” foram frequentes nas reflexões, discussões e intervenções na (restrita) sociedade civil¹ daqueles anos .

O terreno para o que podemos chamar aqui de “debate sobre descompressão política” surgiu pela percepção, durante os anos de Garrastazu Médici (1969-1973), das vitórias da “revolução de 1964”. Principalmente a derrota política e militar da “subversão comunista” e os êxitos na área da economia, representado pelos altos índices de crescimento econômico dos anos do “milagre econômico”.

Alcançadas aquelas metas mais imediatas que deram base ao movimento golpista, não teria chegado a hora de uma “normalização institucional” do sistema político nacional, visando assegurar assim uma estabilidade política duradoura? Indagavam entre si os diversos atores políticos – ao menos aqueles a quem era possível se manifestar – mirando os que estavam no proscênio da cena política. Para alguns quadros políticos (principalmente do MDB), juristas, grande imprensa e intelectuais, vinculados ou não ao regime – e inclusive para alguns membros das Forças Armadas – era hora de reverter o fechamento político que acompanhava o país desde 1969. Esse restrito “debate” transcorreu na imprensa – por um breve período – em seminários da Escola Superior de Guerra, entre a intelectualidade, em parte do segmento acadêmico e no Parlamento².

Para Suzeley Mathias a “premissa era que não existe possibilidade de manter um regime de exceção (necessariamente transitório) sem promover sua institucionalização

¹ Restrita por ser reduzida somente aos *aparelhos privados de hegemonia* da burguesia e o silenciamento ou proibição daqueles ligados às classes trabalhadoras, decorrente da *ampliação seletiva do Estado* no Brasil. Conf. FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010, pp. 218-227.

² Ao mesmo tempo, algumas iniciativas para a “institucionalização” do regime partiram do próprio governo e de seus estrategistas, como a proposta de um “modelo corporativista” defendida pelo Ministro da Justiça (de passado integralista) Alfredo Buzaid; a articulação (sem continuidade) esboçada por Médici e o deputado federal Pereira Lopes; assim como a vinda ao Brasil do intelectual Samuel Huntington em outubro de 1972 à convite do chefe do gabinete civil do presidente Leitão de Abreu. Conf. SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. HOEVELER, R. C. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Monografia de conclusão de curso de História. UFRJ, 2012; e LEMOS, R. *A Conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós- 64*. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 559–590, 2014.

através da adoção de regras duradouras.”³ Era a respeito dos caminhos a seguir que as divergências começavam. Estas poderiam ser sintetizadas, sugere Mathias, em três proposições: a) pela incorporação ao AI-5 à Constituição de 1967 – como defendiam por exemplo Alfredo Buzaid e Filinto Müller (senador da ARENA); b) a extinção do AI-5, mas mantendo algumas salvaguardas ao Estado para garantir estabilidade política e o desenvolvimento econômico e c) um terceiro setor apontava que a institucionalização só seria viável sem o AI-5 e por algumas modificações na Constituição de 197 – visão compartilhada, naquele momento, por membros do MDB⁴.

Todavia, a face pública, digamos assim, desse “debate” – veiculado em revistas, como *Visão* e *Politika*, e jornais como *O Estado de São Paulo* e *O Globo* – perdeu o fôlego em setembro de 1972 com a “nova instrução de censura” do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid que proibia

qualquer publicação de: notícias, comentários, entrevistas de qualquer natureza sobre abertura política ou democratização ou temas semelhantes, anistia a pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos, ou a revisão parcial de seus processos, críticas ou comentários editoriais desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira, problemas da sucessão presidencial e suas implicações. As ordens acima transmitidas atingem qualquer pessoa, inclusive as que já foram Ministros de Estado ou ocuparam altas posições ou funções em qualquer atividade pública. Fica igualmente proibida pelo senhor Ministro da Justiça entrevistar Roberto Campos.⁵

Proibida sua difusão pela imprensa o debate sobre a “descompressão política” continuou em outras esferas, como no Congresso e em atividades acadêmicas.⁶

Os opositores no exílio

No mesmo período em que a Ditadura Militar alcançava uma relativa estabilidade política e econômica, as organizações de esquerda – em seus vários matizes – sobreviviam sob difíceis condições na clandestinidade e no exílio. Para Rollemberg⁷ o fenômeno do exílio político brasileiro, depois do golpe de 1964 e ao longo dos anos de regime militar que o seguiu, apresentou três fases. Uma primeira compreendida entre os anos 1964-1973, onde o golpe civil-militar no Brasil é o marco de início e o de Pinochet no Chile seu encerramento. Uma segunda fase teve início a partir de 1973, chamada pela autora de

³ MATHIAS, S. K. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995, p. 63.

⁴ MATHIAS, S. K., op. cit. p. 64-65.

⁵ Publicada na edição nº 37, novembro de 1972, sob o título *Ultima instruccion de la censura en Brasil*, p. 16.

⁶ Conf. HOEVELER, R. C., op. cit. e LEMOS, R., op. cit.

⁷ ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

“diáspora”, quando ocorreu um certo “ exílio no exílio”, simbolizando a derrota da revolução na América Latina e deslocando o centro do exílio brasileiro para países da Europa, em particular para a França. Na terceira fase, imbricada na segunda e sem um marco específico, contou transformações e novas percepções do exilado e do próprio exílio. Podemos destacar, como exemplo dos deslocamentos dos exilados em sua última fase, a redefinição sobre a volta ao país – do retorno imediato para o re-ingresso na “luta revolucionária” para, pouco a pouco, uma perspectiva em que isso viria através da Anistia⁸.

Até 1968 os exilados brasileiros eram aqueles vinculados às forças políticas que sustentavam o “regime populista” e que foram derrotadas com o golpe de 1964, como políticos do PTB e PCB ligados à defesa das “reformas de base” do presidente deposto João Goulart, assim como militares, sindicalistas e intelectuais que atuaram naquele momento. O país símbolo dessa primeira vaga do exílio brasileiro pós-64 foi Montevidéu, no Uruguai. Uma nova geração de exilados afluiu para os países vizinhos durante a situação política que se abriu com a edição do AI-5, no final de 1968. Estes, ao contrário daqueles, eram em sua maioria jovens estudantes e militantes de organizações políticas que apontavam uma perspectiva revolucionária no processo político brasileiro, através da “luta armada” ou pela via da mobilização de massas. Santiago do Chile parece ter concentrado a maioria dessa geração política, principalmente depois da vitória da Unidade Popular e o início do governo socialista de Salvador Allende no final de 1970⁹.

Ainda segundo Rollemberg¹⁰ uma característica comum perpassou essas duas gerações políticas, prevaleceu em ambas a visão sobre o tempo em que permaneceriam fora, visto como um breve período e a ideia de retorno imediato para o país. Enquanto para os primeiros exilados esperava-se pela normalização política que não tardaria, possibilitando assim o retorno ao país, para os militantes que deixaram o país depois de 1968 tratava-se de retornar imediatamente e re-ingressar na “luta revolucionária” que acreditava-se estar em curso. Essa perspectiva estava mais ligada aos militantes das

⁸ ROLLEMBERG, D. *op. cit.* pp. 48-59.

⁹ Até hoje as estimativas sobre os números de exilados brasileiros não são mais do que suposições, já se falou em 10.000, 15.000 sem no entanto apresentar uma evidência para essas cifras, conforme mencionou ROLLEMBERG, *idem*, p. 53. No caso do Chile podemos ter uma ideia desse número através dos relatórios do então CIEX (Centro de Informações do Exterior) – órgão do Ministério das Relações Exteriores, ligado diretamente ao Serviço Nacional de Informações (SNI) – de abril de 1970 apontava em 300 o número de brasileiros no Chile, cifra que chegou a identificação de 821 logo após o golpe de Pinochet, em 19/09/1973. Conf. SILVA, Cátia Cristina de Almeida. *Repressão, exílio e informação: brasileiros no Chile (1964-1973)*, p. 103.

¹⁰ ROLLEMBERG, D. *op. cit.*, *idem*.

organizações da “luta armada”. Para estes a condição de exilado não era aceita, para muitos a porta de saída era a porta de entrada no país, principalmente para os que foram “trocados” pelos agentes diplomáticos nos “sequestros” comandados pelos revolucionários¹¹. Essa perspectiva, no entanto, conviveu com um outra que desde cedo defendia o exílio como o tempo e o lugar para a continuidade da luta política contra a ditadura, como os exilados de Argel que em 1969 articularam uma rede de denúncias sobre o regime militar brasileiro com a criação do *Front Brésilienne de Information* (FBI) e a publicação de boletins/jornais, editados em vários países. Tornar o “exílio uma campanha de luta”, nos dizeres do jornal *Campanha* periódico editado pelos brasileiros no Chile, parece ter sido um tendência minoritária entre os exilados brasileiros, pelo menos até 1973.

Foi entre estes últimos, porém, que as notícias sobre a “descompressão política” tiveram uma certa repercussão. As avaliações a respeito daquele “debate restrito” foram incorporadas às reflexões em andamento dessa parte do conjunto de forças políticas presentes no exílio chileno. Em linhas gerais a atuação dessas organizações políticas assumiu dois contornos mais nítidos: uma articulação para a denúncia internacional do regime militar; e ao mesmo tempo contou com tentativas de reorganização e recomposição das organizações políticas – perspectiva esboçada especialmente pelas auto-denominadas “esquerda revolucionária” (em contraposição ao “reformismo” dos comunistas do PCB). Assim, as notícias sobre o “debate” acerca da “descompressão política” encontrou um setor da oposição brasileira que passava por um momento de definições e redefinições de seus projetos políticos. Este processo implicou em novas rupturas e convergências, assim como na criação de novas organizações, tendo por base as distintas análises e propostas políticas sobre o processo histórico-político então em curso no Brasil. Em outras palavras, foi dentro desse processo – da definição sobre o papel do exílio na luta política, do balanço das lutas do período então recente e da discussão dos próximos passos – que as notícias do “debate sobre descompressão” repercutiu entre os exilados.

Essas organizações que convergiam para a inserção do exílio no processo político brasileiro que estamos falando aqui eram representadas pelo *Comité de Denuncias de la Represión en Brasil* (CDR) que editava o jornal *Frente Brasileño de Información* (FBI); o jornal *Campanha*, que trazia o seguinte subtítulo: *transformar el exilio en una campaña*

¹¹ ROLLEMBERG, D. op. cit. , idem.

de lucha; pelos críticos do que se chamava à época de “desvio militarista” representados pela *Tendência Leninista* da ALN (cisão da ALN a partir do exterior) e que editava o jornal *Unidade e Luta* (UL) e por fim pelos militantes da Polop no Chile e que também possuíam um periódico no exílio, a revista *Temas y Debates de la lucha revolucionaria en Brasil y América Latina* (TyD).

Todas essas expressões políticas esboçavam, ou redefiniam, um projeto político. As discussões, a qual parte dela era publicada na imprensa dos exilados, envolviam principalmente avaliações do período então recente – a situação política que se abriu depois do AI-5 – e quais deveriam ser as próximas tarefas da chamada “esquerda revolucionária” para reverter àquela correlação de forças, bastante desfavorável para o conjunto da “esquerda revolucionária”.

No que diz respeito às atividades do exílio na luta contra a ditadura militar, essa questão mirou quase sempre o papel que poderia cumprir o CDR. *Campanha*, por exemplo, atribuiu seu surgimento justamente às limitações do comitê para encaminhar a luta dos exilados brasileiros.¹² Em 1972, ano em que começaram a circular as notícias relacionadas à “descompressão política”, em seu interior e fora do comitê – através de *Campanha*, UL e TyD – era discutida a organização política dos exilados e o papel que deveria cumprir o CDR.

Esses militantes tentavam captar, nas entrelinhas daquilo que era divulgado pela imprensa, o que estava acontecendo no Brasil. As análises, tanto do CDR – através da publicação do FBI – quanto das outras expressões políticas, convergiam em vários pontos. Divergiam sobre a alternativa política para aquela conjuntura, sobre o que fazer dada a fragilidade da “oposição revolucionária”. Aliás, depois da censura ao “debate” na imprensa no Brasil, em setembro de 1972, a discussão que predominou entre essas forças políticas exiladas, até o golpe em setembro de 1973, foi a viabilidade de uma *frente política* pelas liberdades democráticas e a atuação dessa frente no exílio. Elaboração interrompida com a repressão que se seguiu ao golpe militar no Chile.

¹² As informações sobre o CDR ainda são poucas. Era uma espécie de fórum, do qual participavam algumas das organizações políticas com representação no exílio, mas não todas – segundo a edição nº 10 (de 07/1973) de *Campanha*, dez organizações políticas participavam das suas decisões e no início de 1973 esse número havia sido reduzido a cinco. Entre suas atividades estavam a realização de debates e denúncias sobre a ditadura, divulgados através da publicação dos boletins/jornais FBI (ligado à rede FBI organizada em Argel, mas com autonomia política) e a publicação de livros. Contou, inclusive, com um programa de rádio. Não há ainda dados sobre quando ele foi fundado, ou mais detalhes de seu funcionamento interno, mas supomos que o CDR existia desde pelo menos 1969-1970. Conf. CRUZ, F. L. DA. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha*: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). Dissertação Mestrado (História Social), USP, FFLCH, 2010.

Suas análises apontavam para as limitações daquele debate. Primeiramente por ele estar circunscrito às posições da burguesia, sem a participação das massas trabalhadoras e suas organizações, reprimidas e perseguida pela ditadura militar. Ao mesmo e por esse motivo, aquelas manifestações pelas mudanças institucionais não significavam o início de uma luta pelas liberdades democráticas. Na verdade, tratava-se da defesa de uma “democracia do empresariado”, nas palavras de Campanha¹³, mas mantendo a ditadura; ou como argumentou FBI, mostravam demandas por “restabelecer as regras do jogo entre eles [classe dominante]”¹⁴.

Outro aspecto sublinhado nos jornais exilados era a percepção por parte tanto de civis, quanto de militares, sobre a necessidade de mudanças no “sistema” ou “modelo político”, como se referiam ao regime militar. Era imperativo mudanças institucionais que garantissem ao “sistema” estabilidade política, com capacidade para contornar eventuais situações críticas futuramente. Como sinalizava o então intelectual e ex-ministro Roberto Campos, nas citações do FBI

se a revolução formulou um projeto econômico eficaz, no entanto não conseguiu formular um projeto político capaz de resistir à erosão dos ventos e aos empurrões da história. (ESP, 30/06/1970)¹⁵ O excelente desempenho da economia brasileira nos últimos anos não traz de per se uma garantia de estabilidade política. À luz dos precedentes históricos, qualquer reversão de tendência pode gerar frustrações anti-sistêmicas.” (...) “Devemos utilizar com sentido de urgência o tempo que nos concedeu o êxito econômico para a institucionalização do sistema político.” (Globo, 10/11/1971)¹⁶.

Alguns pronunciamentos ou opiniões, parcialmente reproduzidos nos jornais exilados, de alguns membros da alta cúpula militar, como a de Alfredo Souto Malan que afirmou a necessidade de um “desengajamento controlado das Forças Armadas”¹⁷ ou a entrevista do marechal Cordeiro de Farias, entre outros episódios, sinalizavam, segundo as análises, para uma divisão nas Forças Armadas. O discurso de Médici em julho de 1972 – quando afirmou que não deixaria de utilizar o AI-5 – e em seguida a “nova instrução de censura” confirmavam, na leitura dos exilados, a divisão entre as FFAA, relacionada com a “sucessão” presidencial.

Praticamente inexistentes no Brasil, reconheciam os exilados, as proposições

¹³ Campanha nº 01, 28/09/1972, p. 06.

¹⁴ FBI, nº 29, 03/1972, p. 14.

¹⁵ FBI, nº 29, 03/1972, p. 04.

¹⁶ FBI, nº 29, 03/1972 p.06.

¹⁷ Discurso proferido pelo general ao final do ano de 1971, mencionado pela edição nº 29, março de 1972. Ver também MATHIAS, S. op. cit.

políticas para uma “oposição de esquerda” ou da “oposição revolucionária” – em sua luta por representar os interesses da classe trabalhadora – tinham poucas chances de ser efetivadas naquela conjuntura de forte repressão. A posição do FBI evoluiu para a proposta de uma *Frente de Resistência* composta por todos os setores em oposição à ditadura – o que deixava em aberto a composição de classe da frente política. No que era acompanhado por Unidade e Luta, inclusive com a possibilidade de em uma “primeira etapa da revolução brasileira” e da luta contra a ditadura, a burguesia não associada aos monopólios participar dessa *Frente Democrática e Anti-imperialista*. Processo que, na sua leitura, desembocaria na resistência violenta das massas, através do seu exército revolucionário.

Para a Polop “a tarefa atual é fazer da luta pelas liberdades democráticas um meio para mobilizar as massas, desenvolver sua plataforma política, unificar forças, criar sua autoconfiança.”¹⁸ Campanha, por sua vez, não chegou a formular uma alternativa política para caso houvesse possibilidade de atuação no Brasil naquele momento. Seu projeto centrava na organização política dos exilados, que ao seu ver, passava por modificações política e organizativas no CDR. Por isso, manifestaram-se contrários a tentativa de um setor do comitê em torna-lo uma Frente Política no exílio como representante da resistência à ditadura militar e que tentaria coordenar a luta política no Brasil a partir do exterior.

Ponto de Partida e a luta pelas liberdades democráticas

No exílio chileno uma parte de militantes brasileiros, de organizações diversas, aproximaram-se do trotskismo. Entre esses militantes estavam Jorge Pinheiro e Maria José Lourenço, ex militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário, Túlio Quintiliano, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, duas organizações que projetaram a “luta armada” e praticaram ações armadas; Ênio Bucchioni, ex-militante da Ação Popular, além de militantes do movimento estudantil e jornalistas do jornal alternativo *O Sol*. Juntos formaram o grupo *Ponto de Partida*, um grupo de estudos e debates políticos visando os exilados brasileiros. Em fevereiro 1971 lançaram o documento *A proposito de un secuestro*¹⁹ divulgado aos brasileiros exilados no Chile,

¹⁸ TyD , nº 10, p. 13.

¹⁹ Tratava-se da troca do embaixador suíço, raptado pela VPR, por prisioneiros políticos. O documento foi publicado posteriormente na *International Socialist Review*, New York, 1971, may vol.32 nº5; e na *Revista de América*, Buenos Aires, 1972, mayo-agosto nº8/9.

onde realizam uma crítica à tática da luta armada desenvolvida por grande parte das organizações de esquerda no Brasil. Em 1972 o grupo se dividiu em relação aos próximos passos, uma parte ingressou organicamente no movimento trotskista internacional – ao lado da oposição internacional, contrária à generalização da “guerra de guerrilhas” para o continente latinoamericano pela Quarta Internacional.

Foi dentro, e como parte, desse contexto que a luta pelas liberdades democráticas ganhou um destaque particular no projeto político dos trotskistas do Ponto de Partida. Para seus integrantes o “debate” travado no Brasil eram evidências de divisões políticas da classe e frações de classe da burguesia, e destas com a ditadura militar, e anunciavam novas possibilidades de atuação política do proletariado e as esquerdas, como argumentavam no artigo *Situación de las classes dominantes em Brasil publicado na revista Punto de Partida*.²⁰

Na leitura do Ponto de Partida o proletariado era a única classe social capaz de liderar as lutas de transformação democrática da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, dada a ausência do partido revolucionário dos trabalhadores, os esforços da “esquerda revolucionária” deveriam estar voltados para “intensificar a penetração estrutural na classe operária” e

sintetizar toda propaganda revolucionária ao redor das palavras de ordem de caráter econômico-prático com as palavras de ordem político-democráticas, procurando a frente com todas as organizações que também estejam se estruturando junto ao proletariado. Assim na atualidade todas as nossas energias devem estar concentradas no trabalho junto a classe operária, pela construção do partido revolucionário e pela elaboração de um programa que partindo das palavras de ordem mínimas (luta econômica) e as de transição (lutas políticas-democráticas) coloque o problema do poder e do socialismo para as grandes massas exploradas do Brasil.²¹

As lutas políticas-democráticas, para o Ponto de Partida, como as “lutas pelas eleições livres na sociedade, direito de voto aos operários, camponeses, analfabetos, liberdade de imprensa, liberdades sindicais, liberdade de existência aos partidos operários, direito ao habeas corpus, etc.” somente poderia ocorrer quando o proletariado assumisse esse programa e liderasse os combates pelas liberdades democráticas.²² “Por isso, junto com a luta econômica, nossas atividades como militantes revolucionários devem ser a de transformar o proletariado no maior combatente social pelas reivindicações democráticas

²⁰ Punto de Partida. Revista de los marxistas revolucionários brasileños, Punto de Partida, s/l [Santiago], nº 1, enero de 1973. 20 pp. Em espanhol. In: In: AEL, Fondo Fundación Pluma.

²¹ Idem, ibidem, pp. 14-15.

²² Idem, ibidem, p. 14.

na sociedade brasileira.”²³ Era o único caminho, argumentavam ainda, para superar as concepções “frentistas” que preconizavam o apoio da classe operária aos ditos setores progressistas e liberais da sociedade.²⁴

A seu modo eles esboçavam um projeto político revolucionário com base na metodologia, digamos assim, exposta por Leon Trotsky no Programa de Transição, ou seja, a elaboração de um sistema de reivindicações transitórias (que neste caso incorporava as reivindicações democráticas) “capaz de ajudar as massas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa socialista da revolução.”²⁵ *Punto de Partida* – que não passou do seu primeiro número – foi a síntese mais elaborada da estruturação do projeto político do grupo trotskista brasileiro. Elaboração que ocorreu integrada e paralelamente à formação da oposição internacional.

A experiência do Grupo Ponto de Partida, no entanto, foi encerrada pela ofensiva contrarrevolucionária no Chile com o golpe de 11 de setembro pelas Forças Armadas que depôs o governo de Salvador Allende e instaurou uma sanguinária ditadura. Em seguida seus integrantes, como Ennio Bucchioni, Jorge Pinheiro e Túlio Quintiliano são presos no grande campo de prisioneiros que se tornou o Estádio Nacional do Chile. Entre estes, o jovem Túlio – principal articulador e fundador do Grupo Ponto de Partida – não teve a mesma sorte que seus companheiros, após ser levado para o distrito militar de Tacna lá foi assassinado, como ficou comprovado posteriormente. A outra parte de seus integrantes, tanto os de Ponto de Partida, quanto Ponto de Partida-Tendência Socialista – que àquela altura debatiam uma unificação – conseguiram escapar da onda repressiva que se seguiu ao golpe. Depois do período de confinamento nas embaixadas e consulados eles se dispersaram em novo exílio, principalmente em direção à Europa.

Jorge Pinheiro, Maria José Lourenço e Valderez, junto com José Welmovick – que até o golpe de Pinchot integrava o Movimiento Izquierda Revolucionaria, o MIR chileno – no entanto, escolheram a Argentina e lá foram acolhidos pelo PST. Os quatro retomaram a breve “experiência passada dos grupos *Punto de Partida* e *Punto de Partida-Tendência Socialista*” na fundação da Liga Operária²⁶, que ocorreu ainda em 1973, e junto com os argentinos organizaram a volta para o Brasil, o que ocorreu logo no início de 1974.

²³ Idem, ibidem, p. 14.

²⁴ Idem, ibidem, p. 14.

²⁵ A agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional (Programa de Transição), 1938, p. 44. In: Documentos de fundação da IV Internacional. Trad. por Marcos Margarido. São Paulo; Editora Sundermann, 2008, 160 p.

²⁶ Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. s.a. [Liga Operária], s.l., 15/01/1974. In: Archivo León Trotsky.

As elaborações esboçadas pelo Ponto de Partida tornaram-se os eixos de um projeto político para toda uma etapa histórica da luta de classes no Brasil. Com a sucessão de Médici àquela altura já definida pelo general Ernesto Geisel, os fundadores da Liga Operária percebiam sinais de tendências à modificação do regime político, marcados por um lado pela divisão da burguesia e de outro pela situação econômica internacional. Sobre o papel da luta pelas liberdades democráticas na luta política no Brasil diziam

Creemos para um país semi-colonial como o Brasil as tarefas propostas por Trotsky (luta pelas liberdades democráticas, pela revolução agrária e pelas emancipação nacional) seguem vigentes.

Consideramos, entretanto, que a principal palavra de ordem de transição para o Brasil, nesta etapa, é a luta pelas Liberdades Democráticas, que poderá ser entendida pelas massas através de uma palavra de ordem concreta como: Abaixo a Ditadura. Logicamente que esta palavra de ordem deverá estar ligada a outras como convocação de uma Assembleia Constituinte, onde sejam majoritárias as organizações sindicais e políticas da classe operária, e do campesinato.²⁷(idem, 12)

Sobre os passos para a construção do “partido revolucionário de massas”, caso se confirmasse a tendência de fim do semi-fascismo, estes poderiam assumir um “caráter mais aberto e agitativo, conforme o movimento de massas comece a tornar pública suas lutas”²⁸. Sua fórmula concreta ocorreu tempos depois, com o lançamento do movimento Convergência Socialista.

²⁷ Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. Op. cit., p. 12.

²⁸ Idem, ibidem, p. 12.

Fontes primárias e referência bibliográfica:

Jornais e periódicos de exilados.

Arquivo CEDEM/CEMAP Fundo's: Asmob e Roberto Morena

-*Jornal Campanha*: nº 01, 28/09/1972; nº 02, 28/10/1972; nº 03, 28/11/1972; nº 05, 01/02/1973; nº 08, 01/05/1973; nº 09, 05/06/1973; nº 10, 05/07/1973.

-*Frente Brasileiro de Informaciones (FBI)*: nº 29, 03/1972; nº 34, 08/1972; nº 37, 11/1972; nº 40, 04/1973.

-*Temas y debates de la luhca revolucionaria en Brasil y América Latina*: nº 10, 01-02/1973.

-*Unidade e Luta*: nº 01, 05-06/1972; nº 02, 07-08/1972; nº 03 09-10/1972; nº 04, 10-11/1972

Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Pluma

-*Punto de Partida*. Revista de los marxistas revolucionários brasileiros : nº 1 01/1973.

Documento:

Por la unificación de los revolucionarios marxistas brasileños. s.a. [Liga Operária], s.l., 15/01/1974. In: Archivo León Trotsky.

Referências bibliográficas:

CRUZ, F. L. DA. *Frente Brasileiro de Informaciones e Campanha: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. Dissertação Mestrado (História Social), USP, FFLCH, 2010.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e História. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HOEVELER, R. C. *Ditadura e democracia restrita: a elaboração do projeto de descompressão controlada no Brasil (1972-1973)*. Monografia de conclusão de curso de História. UFRJ, 2012.

LEMOS, R. *A Conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós- 64*. *Tempos Históricos*, v. 18, p. 559–590, 2014.

MATHIAS, S. K. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papyrus, 1995.

ROLLEMBERG, D. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Cátia Cristina de Almeida. *Repressão, exílio e informação: brasileiros no Chile (1964-1973)*. Dissertação Mestrado (História), UFMT, 2009.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.